

Textos para Discussão N° 47

Secretaria do Planejamento e Gestão
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

CRESCENTE PRESENÇA DE MULHERES EM SINDICATOS: associativismo sindical no
Rio Grande do Sul e Brasil

Walter Arno Pichler

Porto Alegre, novembro de 2008



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário: Mateus Affonso Bandeira



DIRETORIA

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Sônia Rejane Unikowski Teruchkin

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Roberto da Silva Wiltgen

Informações Estatísticas: Adalberto Alves Maia Neto

Informática: Luciano Zanuz

Editoração: Valesca Casa Nova Nonnig

Recursos: Alfredo Crestani

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CRESCENTE PRESENÇA DE MULHERES EM SINDICATOS: associativismo sindical no Rio Grande do Sul e Brasil

Walter Arno Pichler¹

Sociólogo, economista e técnico da FEE

Resumo

O autor utiliza os dados da PNAD-IBGE para traçar um quadro da trajetória do associativismo sindical geral e por sexo no Rio Grande do Sul e no Brasil entre 1992 e 2006. Identifica peculiaridades regionais e demarca fases de crise e revitalização do sindicalismo. Baseado no expressivo crescimento do número de associados e, em particular, da participação de mulheres em sindicatos, conclui que essas entidades conseguiram superar a conjuntura desfavorável e se adaptar às circunstâncias econômico-sociais e políticas cambiantes das últimas décadas.

Palavras chave: relações de trabalho; sindicatos; sociologia do trabalho.

Abstract

The author uses PNAD-IBGE data for 1992-2006 to examine the evolution of union membership and union density per gender in Rio Grande do Sul e Brazil. He identifies regional peculiarities, and demarcates phases of crisis and revival of unionism. He concludes that the expressive growth of union membership and density indicates that Brazilian unions were successful in adapting to the changes in the economic and political broader environment of the last decades.

Key words: industrial relations; sociology of work; union membership.

Código de classificação JEL: **J 51**

Considerações iniciais

Sindicatos exercem a função de representação e de defesa dos interesses profissionais e econômicos de seus associados. Teoricamente, seu poder de barganha é diretamente proporcional ao seu tamanho, o qual, por sua vez, está expresso no número de membros que congregam. Nas sociedades industrializadas, o auge do sindicalismo e, por conseguinte, a época em que os sindicatos tinham o maior número de associados, se situou entre as décadas de cinquenta e setenta. As transformações econômicas, sociais e organizacionais das últimas décadas, no entanto, afetaram negativamente o associativismo sindical² e o sindicalismo, de modo geral (Bamber, Lanburry e Wailes, 2004; Checchi e Visser, 2005; Jose, 2002; Lawrence e Ishikawa, 2005). Dentre as conseqüências

¹ Sociólogo e economista da Fundação de Economia e Estatística (email: Walter@fee.tche.br). O autor agradece os esclarecimentos, comentários e sugestões de Miriam de Toni, Raul Luis Assumpção Bastos, Anita Brumer, Yara Welle e Lia Santos Chitolina. Erros que tenham eventualmente permanecidos são de inteira responsabilidade do autor.

² **Associativismo sindical** é definido como ato de sindicalizar-se, de passar a pertencer a, ou ser membro de sindicato, de filiação a sindicato. Essa expressão é utilizada pelo IBGE (vide: <http://www.ibge.gov.br>).

mais salientes desse processo de declínio estão a queda do número de associados, a redução da cobertura das negociações coletivas de trabalho e o declínio do ativismo sindical. A crise do sindicalismo afetou não somente as estruturas sindicais, mas também colocou em questão a viabilidade dos mecanismos regulatórios das relações de trabalho e instituições do mercado de trabalho³ erigidas em meados do século XX (JOSE, 2002, p. 2-3; 17-18;). Esses instrumentos estavam assentados em arranjos político-sociais que tinham como seus mais importantes sustentáculos poderosos sindicatos de trabalhadores.

A queda nos níveis de associativismo é atribuída à globalização, à introdução de políticas econômicas liberais e de flexibilização do mercado de trabalho e às mudanças tecnológicas e suas implicações sobre a estrutura do emprego e composição da força de trabalho. No que se refere, especificamente, às últimas, estão o relativo declínio do emprego tradicional — caracterizado pelo tempo integral e contrato por tempo indeterminado —, a diminuição do emprego na indústria — no qual o movimento sindical era tradicionalmente forte —, a expansão da ocupação no setor de serviços e o surgimento de novas formas de emprego — notadamente, o trabalho em tempo parcial, e o trabalho por tempo determinado (Ben-Israel e Fisher, 1994; Kelly e Frege, 2005; Jose, 2002; Lawrence e Ishikawa, 2005; Salamon, 1998). Enquanto nas atividades econômicas tradicionais predominava o emprego masculino, nas novas ocupações e segmentos produtivos percebe-se uma crescente a presença feminina.

A acentuada e persistente queda nos níveis de associativismo em grande parte das sociedades industrializadas é vista por alguns autores, tal como Fiorito (2001, p. 335, apud Machin e Wood, 2005, 201-202), como indício de que essas entidades estariam fadadas a se tornarem supérfluas e, no limite, desaparecerem. As funções das entidades sindicais tenderiam a ser substituídas por “práticas positivas” dos empregadores, notadamente pela adoção de métodos modernos de administração de recursos humanos. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (Lawrence e Ishikawa, 2005, p. 27) mostra, no entanto, que nem os sindicatos desapareceram e tampouco deixaram de exercer seu papel. Se, por um lado, se assistiu, nos anos 90, a uma queda acentuada no associativismo, principalmente na indústria manufatureira, por outro, se observou um aumento de associados na área de serviços. Além disso, Lawrence e Ishikawa mostram que a queda do associativismo ocorreu em alguns países, porém não em outros. Nos países do norte da Europa o nível de associativismo é (e continua sendo) elevado enquanto nos países em desenvolvimento da Ásia é muito baixo. Outro trabalho mostra que em vários países do sul da Europa (Espanha, Inglaterra, Itália) vem se observando uma revitalização dos sindicatos, fato expresso no aumento dos níveis de associativismo (Kelly e Frege, 2005, p. 50-56). Kelly e Frege notam, no entanto, que essa recuperação vem ocorrendo de forma tímida, pois os sindicatos não alcançaram os níveis de associativismo existentes nos anos 50 e 60. Além disso, eles sustentam que a revitalização vem

³ Dentre os instrumentos regulatórios estão negociações coletivas de trabalho, esquemas de participação de trabalhadores na gestão de empresas, e formas de concertação social. Por sua vez, entre as instituições do mercado de trabalho estão as organizações de representação de interesses de patrões e empregados e os direitos individuais e coletivos do trabalho estabelecidos na legislação laboral — tais como estabilidade no emprego, salário mínimo, descanso remunerado, benefícios não monetários, e outros (Jose, 2002, p. 2-3).

acompanhada por uma “moderação” sindical, caracterizada por baixos índices de conflito e postura defensiva no mercado de trabalho. Esse diagnóstico não pode, porém, ser generalizado. Os mesmos autores afirmam que as estratégias e respostas dos sindicatos diferem em função de um conjunto inter-relacionado de aspectos. Dentre os mesmos estão: o tipo de capitalismo que prevalece em uma sociedade, o ambiente institucional, o tipo de estratégia adotada pelos empregadores, valores e crenças prevalentes no meio sindical, e o tipo de interações dessas entidades com o Estado. A recuperação, ainda que parcial, dos níveis de associativismo indica que os sindicatos não assistiram passivos à queda do número de membros. Eles ampliaram suas funções e serviços, e alteraram suas estratégias de recrutamento procurando estimular a entrada de mulheres, aposentados e jovens (Salamon, 1998).

Considerando esse contexto, este artigo se propõe examinar a trajetória do associativismo sindical em geral, por áreas urbanas e rurais, e por sexo no Rio Grande do Sul e no Brasil entre 1992 e 2006⁴. A evolução do número de associados em geral permite verificar se houve aumento ou declínio de seu poder relativo na sociedade. Uma diminuição do número de associados e, sobretudo, do grau de penetração dos sindicatos na força de trabalho, indica uma situação de declínio (ou crise), ao passo que o contrário indica uma situação de revitalização. O progresso da distribuição do associativismo e das taxas de sindicalização nas áreas urbanas e rurais se justifica porque pode indicar se as tendências de evolução foram homogêneas na economia. Por sua vez, a análise do associativismo segundo o recorte por sexo está associada às transformações em curso no mercado de trabalho. Existe uma abundante literatura demonstrando que, ao longo das últimas décadas, houve um expressivo incremento na participação das mulheres na força de trabalho (Bruschini e Lombardi, 2002; Hoffmann e Leone, 2004; Hirata, 2002). As mudanças na distribuição do número de filiados a sindicato por sexo indica se, e em que medida, esse segmento da população economicamente ativa foi incorporado nos sindicatos. Historicamente a participação de mulheres nessas entidades foi baixa em comparação à de homens. Um aumento no número e na participação relativa de mulheres em sindicato pode indicar, pois, não somente, alterações na distribuição dos membros dos sindicatos, por sexo, mas também permite especular sobre alterações nas estratégias de recrutamento adotadas por essas organizações.

A questão específica que esse texto procura responder é como evoluiu o número de afiliados em sindicato ao longo das últimas duas décadas e verificar se, e em que medida foi alterada a sua distribuição nas áreas urbanas e rurais e entre sexos nessas entidades. Os dados relativos ao número de associados a sindicatos foram extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. A PNAD disponibiliza uma série histórica que cobre quase todos os anos do período considerado, com exceção de 1994 e 2000. O estudo toma por referência o Rio Grande do Sul. Para poder identificar características regionais comparou-se o Estado com o Brasil.

⁴ O início da série histórica foi estabelecido, neste estudo, em 1992 por ser esse o ano a partir do qual a PNAD-IBGE introduziu uma nova metodologia. Essa consistiu, basicamente, na redefinição do conceito de trabalho e do tempo de trabalho. A mudança comprometeu a comparabilidade das séries históricas de 1992 em diante com as anteriores. Para maiores detalhes sobre as mudanças da PNAD-IBGE em 1992 consultar Silva (1997).

Na primeira parte do texto apresentam-se os principais conceitos aqui utilizados e se discute, sucintamente, o enquadramento teórico geral da questão em foco. A segunda parte apresenta um quadro geral da evolução do associativismo e da densidade sindical no Rio Grande do Sul. Nessa parte os dados foram desagregados para as áreas urbanas e rurais e se destacam as peculiaridades do Estado em relação ao País. Na terceira seção, os dados empíricos, para os mesmos subconjuntos considerados na parte anterior, são desagregados por sexo. O texto conclui com um apanhado geral e com o significado da evolução do associativismo sindical ao longo das duas décadas consideradas.

Definições e Enquadramento Teórico

Sindicatos constituem elementos de um sistema de relações de trabalho. A expressão *sistema* se refere ao conjunto formado por estruturas institucionais inter-relacionadas e comportamentos interdependentes no mundo do trabalho num dado momento histórico (Dunlop, 1993, p. 13; Kaufman 2004, p. 49). Por sua vez, o conceito de *relações de trabalho* é definido por Kaufman (2004, p. 45, 49-62) como todos os comportamentos, produtos, práticas e instituições que emanam do — e que afetam o — emprego. Isso inclui o processo de produção, a relação de emprego, e um conjunto de instituições sociais tais como o mercado de trabalho, o mercado de produtos, as organizações que contêm e coordenam o processo de produção, e os atores coletivos. O estudo das relações de trabalho inclui, igualmente, os aspectos sociais gerais (a cultura, as classes sociais, a ética, as ideologias, e aspectos históricos) a ciência e a tecnologia, o estado-nação e as normas que definem as relações entre os atores sociais.

Os sindicatos, organizações representativas dos interesses de patrões e empregados, estão entre as principais instituições — ao lado das firmas e dos mercados — do sistema de relações de trabalho. Essas entidades desenvolvem ações coletivas com vistas à promoção de seus interesses e exercem uma importante função no estabelecimento das normas que regem as relações laborais, principalmente pela via da negociação coletiva (BEAUMONT 1990: 44; DUNLOP 1993; SALAMON 1998: 85).

O tamanho dos sindicatos e o seu grau de penetração na força de trabalho são indicados pelo número de associados e pela densidade sindical, respectivamente (Salamon 1998). A densidade sindical é definida como a afiliação em relação ao seu número potencial de membros. De acordo com Lawrence and Ishikawa (2005, p. 4), existem dois tipos de densidade: a bruta e a líquida. Neste trabalho a expressão é utilizada no sentido de **densidade sindical líquida**⁵, a qual é calculada dividindo o número de afiliados pelo número de ocupados.

Teoricamente, o poder de barganha dos sindicatos é diretamente proporcional à densidade sindical. De acordo com Salamon (1998: 97), na medida que cresce o seu poder de barganha,

⁵ A **densidade sindical líquida** é igualmente denominada de **taxa de sindicalização** neste trabalho.

também aumenta a capacidade dos sindicatos de trabalhadores de recrutar novos membros — pelo menos até o ponto de saturação⁶.

O associativismo sindical é afetado por diversos fatores que não apenas estão inter-relacionados, mas também que podem ter pesos diferentes, dependendo do âmbito em que a questão é examinada (Salamon 1998: 96-97). Um estudo pode ter, como referência, um sindicato individual, um setor de atividades ou um país. Dentre os fatores apontados por Salamon estão: mudanças na estrutura econômica, no mercado de trabalho e na força de trabalho; mudanças nos valores sociais e no ambiente político (expressos nas políticas públicas e legislação); atitudes e ações do empresariado; variações nos preços, salários, desemprego; e características dos sindicatos e da liderança sindical.

O termo sindicato⁷ é aqui utilizado em consonância com a definição empregada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): é toda associação para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais, de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão, ou atividades ou profissões similares ou conexas (Art. 511)⁸.

A próxima seção apresenta um quadro geral da evolução do associativismo sindical total, rural e urbano no Rio Grande do Sul no período de 1992 a 2006, estabelecendo-se comparações entre o Estado e o Brasil. Examina-se uma série histórica considerando o número de associados a sindicato e a densidade sindical total e por situação do domicílio.

Evolução do associativismo sindical geral e por situação do domicílio

De acordo com o IBGE havia, em 2006, no Rio Grande do Sul, cerca de 1.425,9 mil associados a sindicatos (Tabela 1). A maior parte desse contingente (64,7%) residia nas áreas urbanas e 35,3% residiam nas áreas rurais. No Brasil, o contingente de associados totalizava 16.594,5 mil pessoas (Tabela 2). Cerca de 76,5% residia nas áreas urbanas enquanto 23,5% residiam nas áreas rurais. O total geral de associados no Rio Grande do Sul representava cerca de 8,6% do total geral brasileiro.

⁶ O ponto de saturação é atingido no momento em que o número de não-associados é muito pequeno. A partir desse ponto se torna muito difícil de recrutar os não-afiliados em função de problemas organizacionais ou ideológicos (Salamon, 1998 p. 97).

⁷ Para um estudo mais aprofundamento sobre sindicatos consultar Cattani (2002, p. 287-288), Salamon (1998, p. 85-86), Lewis et al (2003, p. 129-171), entre outros.

⁸ Esta definição é também utilizada pelo IBGE.

Tabela 1

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato e densidade sindical total e por situação de domicílio, Rio Grande do Sul, 1992 - 2006

Ano	Ocupados			Associados			Densidade Sindical		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1992	4.989.222	3.540.028	1.449.194	1.299.873	848.243	451.630	26,1%	24,0%	31,2%
1993	5.017.430	3.636.600	1.380.830	1.303.975	846.345	457.630	26,0%	23,3%	33,1%
1995	5.002.086	3.648.058	1.374.028	1.275.016	871.834	403.182	25,5%	23,9%	29,3%
1996	4.922.415	3.585.636	1.336.779	1.202.294	783.380	418.914	24,4%	21,8%	31,3%
1997	4.994.618	3.682.212	1.312.406	1.180.192	774.350	405.842	23,6%	21,0%	30,9%
1998	4.980.775	3.644.789	1.335.986	1.175.288	735.596	439.692	23,6%	20,2%	32,9%
1999	5.056.101	3.717.658	1.338.443	1.184.638	762.857	421.781	23,4%	20,5%	31,5%
2001	5.370.183	4.057.007	1.313.176	1.325.199	847.414	477.785	24,7%	20,9%	36,4%
2002	5.505.813	4.104.348	1.401.465	1.280.966	818.886	462.080	23,3%	20,0%	33,0%
2003	5.628.819	4.190.601	1.438.218	1.371.980	874.262	497.718	24,4%	20,9%	34,6%
2004	5.726.933	4.314.594	1.412.339	1.334.431	842.460	491.971	23,3%	19,5%	34,8%
2005	5.803.179	4.401.504	1.401.675	1.406.638	875.032	531.606	24,2%	19,9%	37,9%
2006	5.869.020	4.508.579	1.360.441	1.425.879	922.804	503.075	24,3%	20,5%	37,0%

Fonte: PNAD - IBGE

Comparando o ano de 2006 com 1992 percebe-se, no Estado, um aumento de 9,7% (126,0 mil pessoas) no número de associados. Em termos absolutos, o maior aumento ocorreu nas áreas urbanas (incremento de 74,6 mil pessoas), enquanto nas áreas rurais esse aumento foi de 51,4 mil pessoas. Em termos relativos, no entanto, o crescimento no número de associados a sindicatos foi mais intenso nas áreas rurais do que nas urbanas — 11,4% e 8,8%, respectivamente.

O aumento do número de associados no Estado não foi um fenômeno isolado. Na Tabela 2 vemos que, no Brasil, o crescimento do número total de sócios de sindicato no período 1992-2006 foi muito superior, em termos relativos, ao do Rio Grande do Sul, situando-se em 51,8% (5.660,3 mil pessoas). A maior parte desse aumento ocorreu nas áreas urbanas do País (4.126,2 mil pessoas) e a menor nas áreas rurais (1.534,1 mil pessoas). Em termos relativos, no entanto, tal como no Estado, o maior crescimento registrou-se nas áreas rurais (64,6% em relação a 1992) enquanto nas áreas urbanas o aumento foi de 48,2%. O Rio Grande do Sul contribuiu apenas com 2,2% do aumento do contingente total de associados a sindicato no País. Essa diminuta participação no aumento do contingente de associados no País deveu-se à queda do associativismo masculino no Estado, como se verá mais adiante.

Observando o associativismo sindical na perspectiva de seu grau de penetração na força de trabalho — indicado pela densidade sindical líquida (vide Tabela 1) — podemos ver que, no Rio Grande do Sul, em 2006, 24,3% do número de ocupados eram associados a sindicatos. Nas áreas rurais do Estado a parcela dos ocupados, associada a sindicato, era praticamente o dobro da urbana — 37,0% e 20,5%, respectivamente. No mesmo ano, no Brasil, a despeito de todo o crescimento do número de associados verificado no período, a parcela de ocupados associada a sindicato era inferior a do Estado, atingindo 18,6% em 2006. Tal como no Rio Grande do Sul, no País a densidade sindical nas áreas rurais era superior à das áreas urbanas — 23,1% e 17,5%, respectivamente. Note-se que o nível de disparidade existente entre as taxas urbanas e rurais nacionais não atingiu os mesmos níveis do Rio Grande do Sul.

Tabela 2

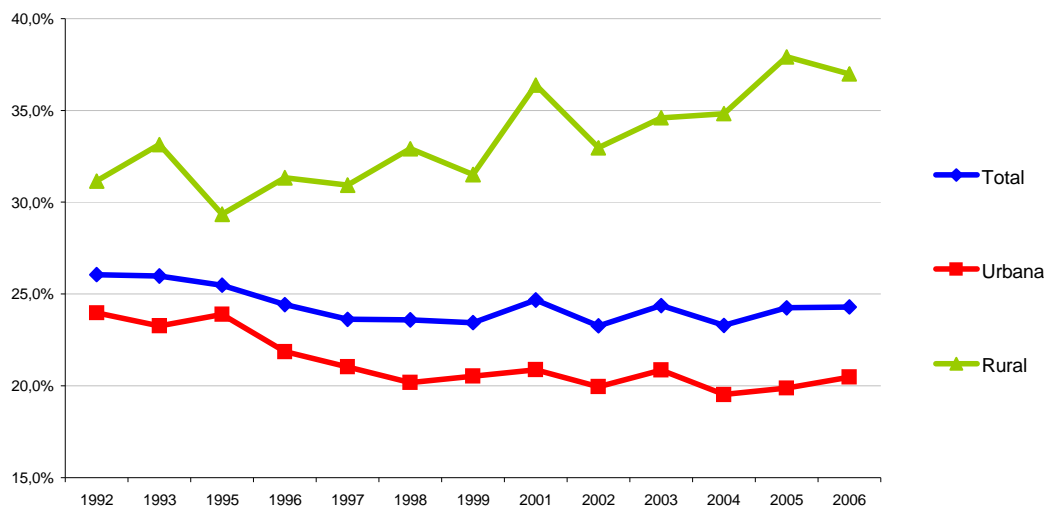
Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato, e densidade sindical total e por situação de domicílio, Brasil, 1992 - 2006

Ano	Ocupados			Associados			Densidade Sindical		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1992	65.395.491	48.334.705	17.060.786	10.934.194	8.560.596	2.373.598	16,7%	17,7%	13,9%
1993	66.569.757	49.505.476	17.064.281	11.025.587	8.592.255	2.433.332	16,6%	17,4%	14,3%
1995	69.628.608	52.379.314	17.249.294	11.281.372	8.893.337	2.388.035	16,2%	17,0%	13,8%
1996	68.040.206	51.908.924	16.131.282	11.305.388	8.952.314	2.353.074	16,6%	17,2%	14,6%
1997	69.331.507	52.786.535	16.544.972	11.240.974	8.820.834	2.420.140	16,2%	16,7%	14,6%
1998	69.963.113	53.268.229	16.694.884	11.148.207	8.691.228	2.456.979	15,9%	16,3%	14,7%
1999	71.676.219	54.238.060	17.438.159	11.508.813	8.768.845	2.739.968	16,1%	16,2%	15,7%
2001	76.098.344	61.577.155	14.521.189	12.733.350	9.929.571	2.803.779	16,7%	16,1%	19,3%
2002	78.958.866	64.199.254	14.759.612	13.299.208	10.303.052	2.996.156	16,8%	16,0%	20,3%
2003	80.163.481	65.341.589	14.821.892	14.169.802	10.905.128	3.264.674	17,7%	16,7%	22,0%
2004	84.596.294	67.931.132	16.665.162	15.200.906	11.547.276	3.653.630	18,0%	17,0%	21,9%
2005	87.189.389	69.861.099	17.328.290	16.001.656	12.117.283	3.884.373	18,4%	17,3%	22,4%
2006	89.318.095	72.384.379	16.933.716	16.594.477	12.686.809	3.907.668	18,6%	17,5%	23,1%

Fonte: PNAD - IBGE

Analisando agora a evolução da densidade sindical no tempo, vemos que, no Rio Grande do Sul, a despeito do crescimento do número de associados, houve queda na densidade sindical total entre 1992 e 2006, a qual passou de 26,1% do total de ocupados, em 1992, a 24,3%, em 2006 (Tabela 1 e Gráfico 1). Essa queda indica que o crescimento do número de associados foi inferior ao crescimento do número de ocupados no Estado. A queda dessa taxa, no entanto, não foi uniforme. Nas áreas rurais a densidade sindical se elevou em 5,8 pontos percentuais no período, enquanto nas urbanas declinou em 3,5 pontos percentuais.

Gráfico 1: Densidade Sindical, por situação de domicílio, RS, 1992 - 2006



Fonte dos dados brutos: PNAD-IBGE

No País, ao contrário do Estado, registrou-se uma elevação da densidade sindical líquida total entre 1992 e 2006 (Gráfico 2). No primeiro ano da série histórica aqui utilizada, 16,7% do total de ocupados eram associados em sindicato ao passo que, em 2006, era 18,6%. Tal como no Rio Grande do Sul, no País se registrou uma substancial elevação da densidade sindical nas áreas rurais — a qual passou de 13,9%, em 1992, para 23,1%, em 2006. Nas áreas urbanas, no entanto, registrou-se

um leve declínio, passando de 17,7% do total de ocupados urbanos para 17,5%. Observe-se que, apesar do aumento do associativismo sindical no Brasil, o grau de penetração dos sindicatos entre os ocupados no Rio Grande do Sul ainda permanece sendo mais elevado do que no País.

Caberia observar, ainda, que, durante o período 1992-2006, tanto no Estado quanto no País, o associativismo sindical variou consideravelmente. Podemos identificar fases de **declínio**, de **relativa estabilização**, ou de **revitalização**. Declínio é definido como queda dos níveis de densidade sindical líquida, e revitalização como fase de elevação da densidade.

No Rio Grande do Sul é possível perceber um período de declínio e um de relativa estabilização. O declínio se verificou entre 1992 e 1998, fase na qual o número de afiliados caiu em 124,6 mil pessoas. Essa queda se expressou numa diminuição de 2,5 pontos percentuais da densidade sindical estadual total em relação a 1992. A partir de 1999 se assistiu a um período de relativa estabilização. Nestes anos registrou-se um aumento de 241,2 mil pessoas no número de afiliados. Esse total corresponde a 191,5% do total de associados novos registrados em todo o período⁹. A despeito do aumento no número de afiliados, entre 1999 e 2006 a taxa de sindicalização ficou oscilando em torno de 24% da população ocupada estadual.

Observe-se que a fase de **declínio** atingiu consideravelmente as áreas urbanas do Estado (Tabela 1 e Gráfico 1). Isso se expressou na queda tanto no número de afiliados (menos 112,6 mil pessoas) quanto na taxa de sindicalização (menos 3,8 pontos percentuais). Nas áreas rurais o total de afiliados também sofreu redução (menos 11,9 mil pessoas), porém a densidade sindical rural apresentou um leve aumento (1,7 pontos percentuais). Já no período subsequente (entre 1999 e 2006) o número de associados se elevou tanto nas áreas urbanas (159,9 mil pessoas) quanto nas rurais (81,2 mil pessoas). A despeito desse aumento a taxa de sindicalização nas áreas urbanas continuou apresentando queda (menos 0,1 pontos percentuais), porém nas áreas rurais registrou um aumento de 5,5 pontos percentuais. Pode-se concluir, pois, no caso do Estado, que uma redução mais acentuada na densidade sindical estadual foi sustada pelo crescimento na taxa de sindicalização rural.

Diferentemente do que ocorreu no Estado, no Brasil pode-se perceber uma fase de declínio e outra de revitalização (Tabela 2 e Gráfico 2). O **declínio** se verificou entre 1992 e 1998 — fato indicado pela queda de 0,8 pontos percentuais na densidade sindical total nacional em relação a 1992. Nessa fase o total de afiliados aumentou em apenas 214,0 mil pessoas. O período de **revitalização**, por sua vez, se verificou entre 1999 e 2006. Isso é indicado pelo aumento de 5.085,7 mil no número de pessoas associadas — correspondendo a 89,8% do aumento líquido de afiliados registrados no País em todo o período. O aumento no contingente de afiliados se expressa na elevação de 2,5 pontos percentuais na densidade sindical líquida nacional entre 1999 e 2006.

No País, tal como no Estado, a tendência de queda na taxa de sindicalização na fase do declínio se manifestou apenas nas áreas urbanas. A despeito do crescimento no número de afiliados, a densidade sindical urbana caiu 1,4 ponto percentual entre 1992 e 1998. Já nas áreas rurais

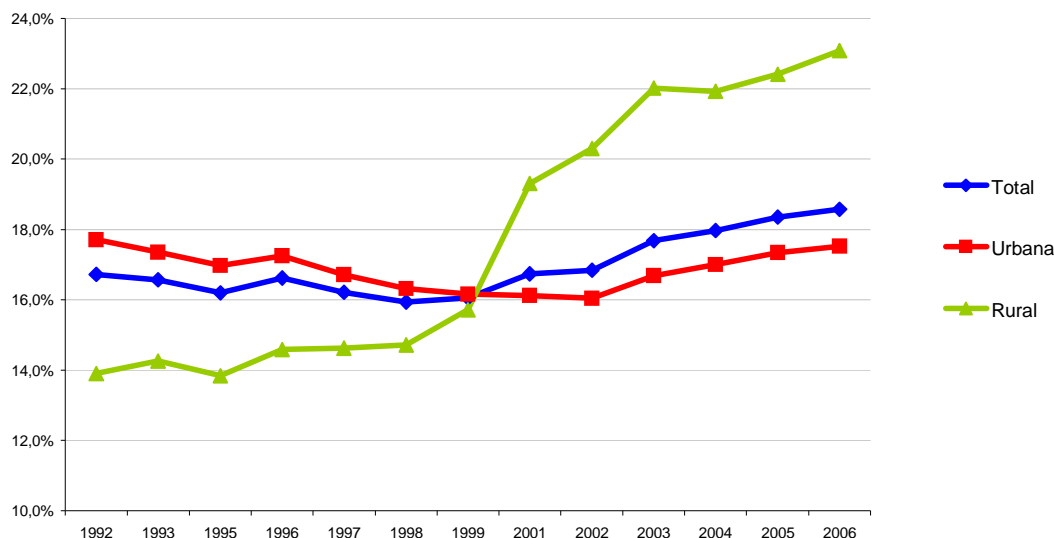
⁹ O crescimento do número de associados entre 1999 e 2006 compensou as perdas verificadas no período 1993-1999 — período no qual se verificou queda líquida de 128,7 mil pessoas.

presenciou-se um pequeno aumento tanto no número de filiados quanto na taxa de sindicalização (0,8 pontos percentuais). Na fase de revitalização, no entanto, houve uma reversão da tendência de queda, expresso num significativo aumento no número de associados tanto nas áreas urbanas (3.918,0 mil pessoas) quanto nas rurais (1.167,7 mil pessoas). Nesse sub-período houve um crescimento moderado na densidade sindical urbana (1,4 ponto percentual). Nas áreas rurais, no entanto, o aumento da taxa de sindicalização foi bem mais significativo, tendo atingido 7,4 pontos percentuais. Com base nessas evidências podemos concluir que, no caso do Brasil, a elevação da densidade sindical nacional total pode ser creditada, em grande parte, ao aumento do associativismo sindical nas áreas rurais.

Diversos foram os fatores que podem ter contribuído para a estabilização dos níveis de densidade no Estado e para a revitalização do associativismo no Brasil. Dentre esses poderiam ser mencionados: retomada do crescimento do emprego na indústria de transformação, aumento do emprego formal, condições políticas favoráveis — governo mais alinhado com os sindicatos — e capacidade de recrutamento de afiliados dos sindicatos (Moretto, Pochmann, 2006; Cardoso Jr, 2007).

Nessa seção vimos que os anos 90 se caracterizaram como período de declínio na afiliação sindical tanto no Brasil quanto no Estado. Vimos, igualmente, que de 1999 em diante sucedeu-se uma fase de revitalização no Brasil. Diferentemente do que ocorreu no País, no Rio Grande do Sul a segunda metade do período em análise constituiu-se em uma fase de relativa estabilização do associativismo sindical. No País e no Estado o crescimento do associativismo sindical rural foi o responsável pela atenuação da queda nas taxas de sindicalização durante o primeiro subperíodo. No segundo subperíodo, a revitalização do associativismo sindical nacional total se deveu ao expressivo aumento da taxa de sindicalização nas áreas rurais bem como à sua elevação nas áreas urbanas entre 2003 e 2006. Já no Rio Grande do Sul a evolução da densidade sindical estadual nesta fase (que se caracterizou pela relativa estabilização) acompanhou, fundamentalmente, o movimento da sindicalização nas áreas urbanas. Vimos, finalmente, que, a despeito da queda nas taxas de sindicalização estaduais verificadas durante os anos em estudo, no final do período a participação relativa dos ocupados em sindicato no Rio Grande do Sul ainda era superior à do Brasil, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Gráfico 2: Densidade Sindical, por situação de domicílio, Brasil, 1992 - 2006



Fonte dos dados brutos: PNAD-IBGE

Na próxima seção será examinada a trajetória do associativismo sindical por sexo. Tal como se procedeu nessa seção, comparar-se-á o Rio Grande do Sul com o Brasil com o propósito de identificar peculiaridades regionais.

Evolução do associativismo e densidade sindical por sexo

No Rio Grande do Sul havia, em 2006, de acordo com o IBGE, cerca de 817,8 mil homens (57,4% do total geral de associados) e 608,1 mil mulheres (42,6%) associados a sindicatos (Tabela 3 e 5). Os homens residentes em áreas urbanas representavam 36,6% do total geral de associados e em áreas rurais 20,7% do total, ao passo que as mulheres residentes em áreas urbanas representavam 28,1% do total geral de associados e nas áreas rurais 14,5%.

No Brasil, a participação dos homens no total geral de associados a sindicatos no País era, em 2006, ligeiramente superior à do Rio Grande do Sul, atingindo 60,4%, e a de mulheres era levemente inferior (39,6%) (Tabela 4 e 6). As áreas urbanas do Brasil concentravam 46,8% de homens associados em relação ao total de associados no País e 29,7% de mulheres. Já nas áreas rurais a parcela de homens e mulheres era 13,6% e 9,9% do total de associados no País, respectivamente.

Tabela 3

Número de ocupados na semana de referência, associados a sindicato e densidade sindical total e por sexo, Rio Grande do Sul, 1992-2006

Ano	Ocupados			Associados			Densidade Sindical		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	4.989.222	2.815.504	2.173.718	1.299.873	862.407	437.466	26,1%	30,6%	20,1%
1993	5.017.430	2.823.541	2.193.889	1.303.975	855.159	448.816	26,0%	30,3%	20,5%
1995	5.002.086	2.816.315	2.205.771	1.275.016	821.429	453.587	25,5%	29,2%	20,6%
1996	4.922.415	2.808.627	2.113.788	1.202.294	750.493	451.801	24,4%	26,7%	21,4%
1997	4.994.618	2.859.464	2.135.154	1.180.192	731.886	448.306	23,6%	25,6%	21,0%
1998	4.980.775	2.887.195	2.093.580	1.175.288	729.055	446.233	23,6%	25,3%	21,3%
1999	5.056.101	2.863.553	2.192.548	1.184.638	719.563	465.075	23,4%	25,1%	21,2%
2001	5.370.183	3.039.607	2.330.576	1.325.199	807.351	517.848	24,7%	26,6%	22,2%
2002	5.505.813	3.113.796	2.392.017	1.280.966	798.791	482.175	23,3%	25,7%	20,2%
2003	5.628.819	3.153.003	2.475.816	1.371.980	826.043	545.937	24,4%	26,2%	22,1%
2004	5.726.933	3.217.063	2.509.870	1.334.431	812.150	522.281	23,3%	25,2%	20,8%
2005	5.803.179	3.238.638	2.564.541	1.406.638	837.642	568.996	24,2%	25,9%	22,2%
2006	5.869.020	3.235.112	2.633.908	1.425.879	817.783	608.096	24,3%	25,3%	23,1%

Fonte: PNAD - IBGE

Tabela 4

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato, e densidade sindical total e por sexo, Brasil, 1992-2006

Ano	Ocupados			Associados			Densidade Sindical		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	65.395.491	40.028.416	25.367.075	10.934.194	7.800.291	3.133.903	16,7%	19,5%	12,4%
1993	66.569.757	40.585.159	25.984.598	11.025.587	7.680.278	3.345.309	16,6%	18,9%	12,9%
1995	69.628.608	41.863.309	27.765.299	11.281.372	7.670.986	3.610.386	16,2%	18,3%	13,0%
1996	68.040.206	41.324.833	26.715.373	11.305.388	7.520.122	3.785.266	16,6%	18,2%	14,2%
1997	69.331.507	41.977.258	27.354.249	11.240.974	7.441.943	3.799.031	16,2%	17,7%	13,9%
1998	69.963.113	42.312.927	27.650.186	11.148.207	7.240.173	3.908.034	15,9%	17,1%	14,1%
1999	71.676.219	42.813.014	28.863.205	11.508.813	7.387.837	4.120.976	16,1%	17,3%	14,3%
2001	76.098.344	45.126.762	30.971.582	12.733.350	7.921.143	4.812.207	16,7%	17,6%	15,5%
2002	78.958.866	46.334.235	32.624.631	13.299.208	8.314.658	4.984.550	16,8%	17,9%	15,3%
2003	80.163.481	46.935.090	33.228.391	14.169.802	8.640.234	5.529.568	17,7%	18,4%	16,6%
2004	84.596.294	49.241.975	35.354.319	15.200.906	9.295.312	5.905.594	18,0%	18,9%	16,7%
2005	87.189.389	50.493.724	36.695.665	16.001.656	9.690.487	6.311.169	18,4%	19,2%	17,2%
2006	89.318.095	51.399.705	37.918.390	16.594.477	10.027.763	6.566.714	18,6%	19,5%	17,3%

Fonte: PNAD - IBGE

Considerando, agora, a tendência de evolução do número de associados por sexo no período observa-se que, no Rio Grande do Sul, as mulheres aumentaram significativamente sua participação relativa no total geral de associados enquanto os homens diminuíram. Em 1992, as mulheres constituíam cerca de 33,7% do total de associados a sindicatos, e, em 2006, cerca de 42,6%. Houve, no período, um aumento de 170,6 mil mulheres em relação ao total registrado em 1992. Os indivíduos do sexo masculino, por sua vez, representavam, em 1992, cerca de 66,3% do total geral de associados e, no final do período, cerca de 57,4%. Nesse caso registrou-se uma redução de 44,6 mil pessoas do sexo masculino em sindicatos no Estado durante o período. Disso se conclui que o aumento do número total de associados a sindicatos registrado no Rio Grande do Sul deveu-se à elevação do contingente de mulheres.

Tabela 5

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato, e densidade sindical, por sexo e por situação de domicílio, Rio Grande do Sul, 1992, 1999 e 2006

Ano e situação de domicílio	Ocupados			Associados			Densidade Sindical Bruta		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992									
Total	4.989.222	2.815.504	2.173.718	1.299.873	862.407	437.466	26,1%	30,6%	20,1%
Urbana	3.540.028	2.006.810	1.533.218	848.243	535.104	313.139	24,0%	26,7%	20,4%
Rural	1.449.194	808.694	640.500	451.630	327.303	124.327	31,2%	40,5%	19,4%
1999									
Total	5.056.101	2.863.553	2.192.548	1.184.638	719.563	465.075	23,4%	25,1%	21,2%
Urbana	3.717.658	2.101.050	1.616.608	762.857	438.505	324.352	20,5%	20,9%	20,1%
Rural	1.338.443	762.503	575.940	421.781	281.058	140.723	31,5%	36,9%	24,4%
2006									
Total	5.869.020	3.235.112	2.633.908	1.425.879	817.783	608.096	24,3%	25,3%	23,1%
Urbana	4.508.579	2.457.122	2.051.457	922.804	521.915	400.889	20,5%	21,2%	19,5%
Rural	1.360.441	777.990	582.451	503.075	295.868	207.207	37,0%	38,0%	35,6%

Fonte: PNAD - IBGE

Tabela 6

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato, e densidade sindical por sexo e por situação de domicílio, Brasil, 1992, 1999 e 2006

Ano e situação de domicílio	Ocupados			Associados			Densidade Sindical		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992									
Total	65.395.491	40.028.416	25.367.075	10.934.194	7.800.291	3.133.903	16,7%	19,5%	12,4%
Urbana	48.334.705	29.431.514	18.903.191	8.560.596	5.899.715	2.660.881	17,7%	20,0%	14,1%
Rural	17.060.786	10.596.902	6.463.884	2.373.598	1.900.576	473.022	13,9%	17,9%	7,3%
1999									
Total	71.676.219	42.813.014	28.863.205	11.508.813	7.387.837	4.120.976	16,1%	17,3%	14,3%
Urbana	54.238.060	32.042.374	22.195.686	8.768.845	5.572.474	3.196.371	16,2%	17,4%	14,4%
Rural	17.438.159	10.770.640	6.667.519	2.739.968	1.815.363	924.605	15,7%	16,9%	13,9%
2006									
Total	89.318.095	51.399.705	37.918.390	16.594.477	10.027.763	6.566.714	18,6%	19,5%	17,3%
Urbana	72.384.379	40.885.825	31.498.554	12.686.809	7.765.626	4.921.183	17,5%	19,0%	15,6%
Rural	16.933.716	10.513.880	6.419.836	3.907.668	2.262.137	1.645.531	23,1%	21,5%	25,6%

Fonte: PNAD - IBGE

Observando-se a evolução da distribuição do número de associados por sexo e por situação do domicílio, no Estado, entre 2006 e 1992, vemos que a queda no número de homens associados se verificou tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, ao passo que, no caso das mulheres, registrou-se um aumento em ambos os casos (Tabela 5). Para os homens, a maior perda, em números absolutos e relativos, ocorreu nas áreas rurais (menos 31,4 mil pessoas), enquanto nas cidades a perda foi de 13,2 mil pessoas. As mulheres tiveram seu maior aumento, em números absolutos, nas áreas urbanas (87,7 mil pessoas), porém, nas áreas rurais, elas tiveram seu maior aumento em termos relativos — 66,7% em relação ao total de mulheres nessas áreas em 1992.

No Brasil, diferentemente do Rio Grande do Sul, se registrou, entre 1992 e 2006, um aumento no número de associados para ambos os sexos nas áreas urbanas e rurais (Tabela 6). O crescimento do contingente nacional de mulheres afiliadas foi significativamente superior ao de homens, em ambas as situações. Na Tabela 4 podemos ver que o número de associados do sexo masculino aumentou

em 28,6% (2.227,5 mil pessoas) em relação ao total de homens em 1992, enquanto o do sexo feminino elevou-se em 109,5% (3.432,8 mil pessoas) em relação ao total de mulheres em 1992 (Tabela 6). O número de homens nas áreas urbanas do País aumentou em 31,6% e o de mulheres em 84,9% em relação ao respectivo total urbano em 1992. Nas áreas rurais, o aumento do número de homens foi de 19,0%, ao passo que o de mulheres foi 247,9% em relação ao respectivo número de associados rurais em 1992.

Note-se que o número de mulheres representa 60,6% do total geral de novos associados no País durante o período. Nas áreas urbanas do Brasil, as mulheres representam 54,8% do total de novas associadas e 76,4% do total de novos associados nas áreas rurais. Esses dados revelam que o acentuado crescimento registrado no número de associados a sindicatos no País deve ser creditado à expressiva entrada de mulheres em sindicatos.

Em relação à densidade sindical, podemos ver que, em 2006, no Rio Grande do Sul, os homens associados representavam 25,3% dos ocupados do sexo masculino, e as mulheres 23,1% dos ocupados do sexo feminino (Tabela 3). Esses valores são superiores aos do Brasil, no qual os associados do sexo masculino representavam 19,5% da população ocupada do sexo masculino e as mulheres 17,3% da população ocupada feminina.

Desagregando os dados por situação do domicílio dos associados vemos que, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais do Rio Grande do Sul, a densidade sindical masculina era superior à feminina (Tabela 5). Nas cidades a densidade sindical masculina atingia, em 2006, 21,2%, e a feminina 19,5%. Nas áreas rurais a densidade sindical, para ambos os sexos, era muito superior à das áreas urbanas — 38,0% para os homens e 35,6% para as mulheres. No Brasil, tal como no Estado, a densidade sindical urbana por sexo era inferior à rural (Tabela 6). Diferentemente do Rio Grande do Sul, no entanto, nas áreas rurais a taxa de sindicalização dos homens era inferior à das mulheres — 21,5% e 25,6%, respectivamente.

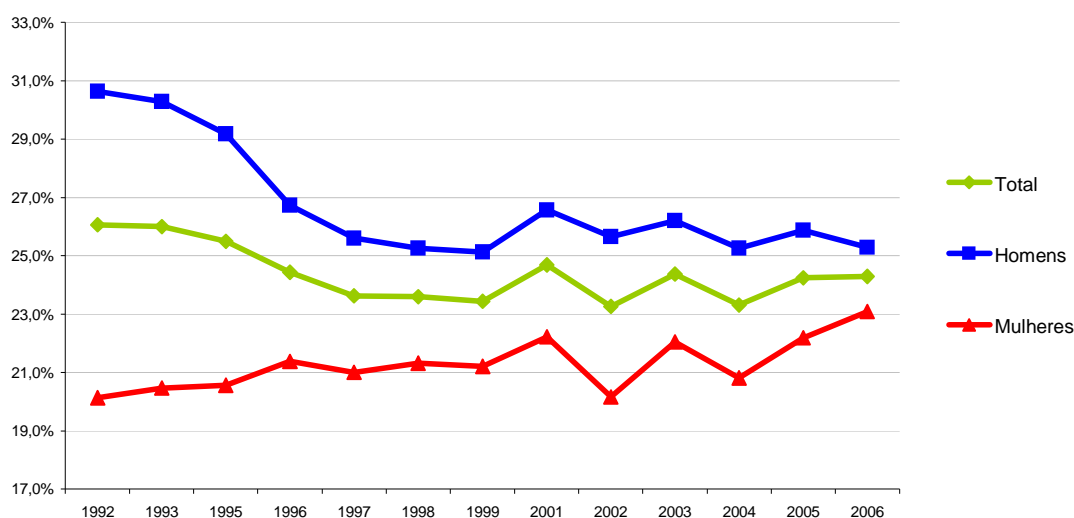
A evolução do número de associados reflete-se na trajetória da densidade sindical durante o período. No Rio Grande do Sul, em 1992, os homens associados a sindicatos representavam 30,6% dos ocupados do sexo masculino e as mulheres 20,1% dos ocupados do sexo feminino. Comparando 2006 com 1992 podemos verificar que a densidade sindical dos homens caiu em 5,4 pontos percentuais enquanto que a das mulheres elevou-se em 3,0 pontos percentuais. Nas áreas urbanas registrou-se queda da densidade para ambos os sexos — menos 5,4 pontos percentuais para os homens e 0,9 pontos percentuais para as mulheres. Já nas áreas rurais os homens registraram queda de 2,4 pontos percentuais, porém as mulheres aumentaram sua participação em devido 16,2 pontos percentuais. A elevação na taxa de sindicalização feminina estadual ocorreu, pois, devido exclusivamente, ao aumento da sua participação relativa nas áreas rurais.

No País, tal como no Estado, a densidade sindical total feminina registrou uma trajetória ascendente. Já a taxa de sindicalização masculina atingiu, no final do período, o mesmo patamar de 1992. No começo do período em análise o contingente de homens associados a sindicatos representava 19,5% dos ocupados do sexo masculino, enquanto o de mulheres 12,4% dos ocupados do sexo feminino. Em 2006, a densidade masculina não apresentou variação, ao passo que a

feminina havia aumentado 5,0 pontos percentuais. Tal como no Estado, nas áreas urbanas do País registrou-se queda de 1,1 ponto percentual na taxa de sindicalização masculina. Ao contrário do que ocorreu no Rio Grande do Sul, nas áreas rurais do País se registrou, no período, um aumento de 3,6 pontos percentuais da densidade sindical masculina. Já no caso das mulheres houve um aumento na densidade sindical feminina nacional, tanto nas cidades quanto no campo — 1,5 ponto percentual e 18,3 pontos percentuais, respectivamente. As mulheres, pois, reforçaram a sua presença em sindicato nas áreas urbanas e, principalmente, nas áreas rurais.

Observando, agora, a série histórica completa, podemos ver as oscilações da densidade sindical por sexo no Rio Grande do Sul (Gráfico 3). Entre 1992 e 1999 é possível identificar uma fase de declínio da taxa de sindicalização masculina — queda de 5,4 pontos percentuais — e entre 1999 e 2006 um período de relativa estabilização. Já a densidade sindical feminina apresentou períodos de aumento — entre 1992 e 1996 e em 2005 e 2006 — e de relativa estabilização (entre 1997 e 2004).

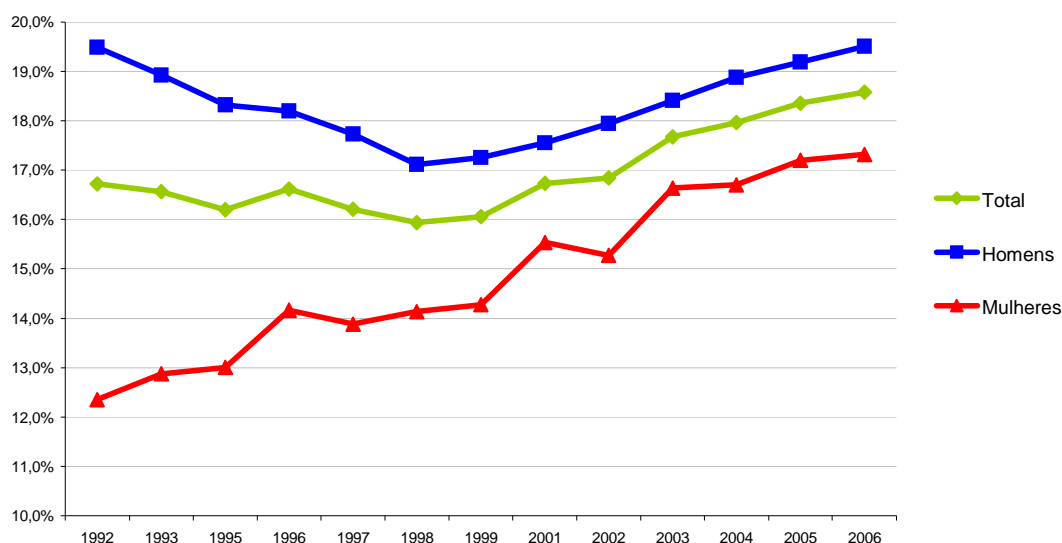
Gráfico 3: Densidade Sindical, por sexo, Rio Grande do Sul, 1992 - 2006



Fonte dos dados brutos: PNAD-IBGE

No Brasil durante o período é possível perceber um quadro de variação muito distinto do ocorrido no Estado. No caso dos homens, registrou-se uma fase de declínio e outra de revitalização (Gráfico 4). A exemplo do Rio Grande do Sul, a fase de declínio se situou entre 1992 e 1998, período durante o qual a densidade sindical masculina caiu 2,4 pontos percentuais. Nos anos subseqüentes, e em contraste com o Estado, a densidade masculina entrou num período de recuperação continuada. Já no caso das mulheres, e em contraste com o Estado, a taxa de sindicalização apresentou uma tendência de crescimento quase continuada durante os anos em estudo.

Gráfico 4: Densidade Sindical, por sexo, Brasil, 1992 - 2006



Fonte dos dados brutos: PNDA-IBGE

Sumarizando, os homens eram em 1992, e continuavam a ser em 2006, a maioria dos associados a sindicatos tanto no Estado quanto no País. Esse mesmo quadro se repete nas áreas urbanas e nas rurais. Vimos, no entanto, que a vantagem dos associados masculinos se reduziu consideravelmente no período em estudo, principalmente nas áreas rurais. No Brasil a queda na participação relativa dos homens no total de associados foi mais intensa do que no Rio Grande do Sul. Vimos, em segundo lugar, que o comportamento da densidade sindical foi diferente para homens e mulheres no Rio Grande do Sul e no Brasil. No Estado, a taxa de sindicalização dos homens registrou queda no total e nas áreas urbanas e rurais, principalmente durante o primeiro subperíodo. No Brasil, ao contrário, a densidade sindical masculina geral atingiu, no final do período, o mesmo patamar de 1992. Nas áreas urbanas registrou-se queda, porém, nas rurais houve crescimento. Já a taxa de sindicalização feminina nacional apresentou crescimento nas áreas urbanas e, principalmente nas rurais. As evidências permitem concluir, finalmente, que, no Rio Grande do Sul, as mulheres contribuíram para a relativa estabilização da taxa de sindicalização estadual e, no Brasil, foram as principais responsáveis pela revitalização da densidade sindical nacional.

Considerações finais

Um dos objetivos deste artigo foi estudar a trajetória do associativismo sindical no Rio Grande do Sul ao longo dos anos 1990 e 2000. O trabalho procurou identificar peculiaridades da sindicalização no Estado através da comparação com a sua trajetória no Brasil. O segundo objetivo foi examinar a evolução do associativismo nas áreas urbanas e rurais, e o terceiro, o movimento da sindicalização por sexo.

Em relação ao primeiro ponto, as evidências empíricas revelam a existência de um período de declínio do associativismo sindical no Brasil entre 1992 e 1998, fato expresso na queda nos índices de densidade sindical. Dados mais recentes indicam, no entanto, que entre 1999 e 2006 houve uma reversão desse processo, podendo-se falar em uma revitalização do associativismo no País. Durante esses anos o contingente nacional de associados se ampliou significativamente, elevando-se em mais de 50%, em relação ao total de associados existente em 1992. Cerca de 90% do total de novos associados se afiliou desde 1999. A densidade sindical, por sua vez, depois de ter sofrido uma queda nos anos 1990, voltou a se elevar na presente década, chegando a ultrapassar o patamar do início da série histórica.

Vimos, igualmente, que a revitalização do associativismo sindical não foi um fenômeno generalizado no Brasil. Evidências indicam que no Rio Grande do Sul, nos anos 1990, o declínio do associativismo sindical foi mais intenso e prolongado do que no País, e que um processo de revitalização não se configurou nos anos 2000 no Estado. Apesar de se haver registrado um aumento significativo no número de associados desde 1999, o total de sindicalizados, em 2006, não havia superado em 10% o total existente em 1992. Esse movimento se refletiu na densidade sindical, que sofreu um processo de erosão no período. No final da série histórica a taxa de sindicalização não havia atingido os patamares de 1992. Diferentemente, pois, do que ocorreu no País, na região se configurou, nos anos 2000, uma situação de relativa estabilidade e em patamares inferiores aos do início da década de 1990.

Caberia ressaltar que, apesar do significativo aumento do número de associados a sindicatos e da densidade sindical no País, a taxa de sindicalização estadual continuava, no final do período, a ser superior à taxa nacional. No entanto, a diferença entre a densidade sindical no Estado e no País vem se reduzindo gradativamente.

Com base nos dados das PNAD-IBGE foi possível estudar a evolução do associativismo nas áreas urbanas e rurais e a sua distribuição por sexo e, portanto, fazer um diagnóstico mais preciso do caráter da evolução do sindicalismo no período.

As evidências empíricas mostram que fases de declínio e revitalização podem ser claramente distinguidas nas áreas urbanas do Brasil, porém são inexistentes nas áreas rurais. Nas primeiras, a fase de declínio se situou entre 1992 e 1998, e sinais de revitalização podem ser percebidos a partir de 2003. A despeito do significativo aumento do número de sócios, no final do período a densidade sindical urbana ainda registrava uma pequena redução em relação a 1992. Já nas áreas rurais, o número de sindicalizados e a densidade sindical esteve em crescimento durante, praticamente, todo o período. Cabe destacar que os patamares de densidade rural eram inferiores às taxas urbanas no início da série histórica, porém em 2006 se encontravam em níveis consideravelmente superiores.

O Rio Grande do Sul apresentou algumas diferenças em relação ao Brasil. Nas áreas urbanas do Estado, tal como no País, a densidade sindical passou por um período de queda nos anos 1990. Já nos anos 2000, e diferentemente do associativismo nacional, as taxas de sindicalização se estabilizaram relativamente em patamares inferiores ao do início do período. Nas áreas rurais, no entanto, tal como no Brasil, houve um aumento na densidade sindical, principalmente após 2002.

Em síntese, a análise da situação do domicílio dos associados demonstrou, primeiramente, que o declínio do associativismo sindical no Rio Grande do Sul e no Brasil se situou nas áreas urbanas. Em outras palavras, os sindicatos perderam força nas áreas urbanas, mas ganharam poder nas zonas rurais. Em segundo lugar, o declínio do associativismo urbano foi mais intenso no Rio Grande do Sul do que no País. Em terceiro, no Estado não se registrou uma revitalização do associativismo urbano tal como ocorreu no plano nacional.

As últimas observações desse estudo dizem respeito à distribuição do associativismo sindical por sexo. Vimos, primeiramente, que no Brasil e no Rio Grande do Sul, no final do período em estudo, o número de associados e a densidade sindical masculina eram superiores aos femininos. Nas áreas urbanas do País os homens exibiam uma taxa de sindicalização superior à das mulheres, enquanto nas áreas rurais as associadas do sexo feminino predominavam. No Estado os homens tinham maior participação do que as mulheres nos dois âmbitos aqui considerados.

Dados mostram, em segundo lugar, que a presença feminina vem aumentando significativamente. No Brasil o contingente de mulheres sindicalizadas cresceu mais do que o dos homens, principalmente nas áreas rurais. Isso se refletiu na elevação das taxas de sindicalização femininas nacionais. No Rio Grande do Sul a acréscimo do número de afiliados a sindicato deveu-se exclusivamente ao aumento no número de mulheres. No período o contingente de homens sofreu queda, em termos absolutos e relativos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

O aumento das taxas de sindicalização registrado no País nos anos 2000, principalmente a das mulheres, parece indicar que, em nível nacional, as entidades sindicais conseguiram se adaptar, ao menos em alguma medida, à nova realidade econômica e política do Brasil e superar condições desfavoráveis dos anos 1990. O aumento da participação de mulheres em sindicato parece indicar que os sindicatos brasileiros conseguiram se reciclar frente a mudanças na composição demográfica da força de trabalho, mudando suas estratégias de recrutamento. Os dados parecem indicar, ainda, que o processo de revitalização não ocorreu de forma homogênea no País. Isso se manifesta, por um lado, no declínio do sindicalismo nas áreas urbanas e no crescimento nas áreas rurais. Isso se manifesta, por outro lado, no caso do Rio Grande do Sul, uma região em que o sindicalismo tradicionalmente era forte e que vem apresentando sinais de declínio.

É possível que a revitalização do associativismo sindical urbano no País esteja associada à recuperação do emprego na indústria de transformação e ao aumento do emprego formal ocorridos após 1999 (Cardoso Jr. 2007; Moretto e Pochmann, 2006). Essa suposição é reforçada, primeiramente, por evidências colhidas na PNAD, as quais revelam que o número de filiados no setor secundário, e, em especial, do número de homens associados cresceu significativamente desde então. O crescimento acentuado do número de homens associados desde o final dos anos 90 foi, no entanto, superado pelo aumento do número de mulheres associadas. É possível que a forte elevação do contingente de mulheres nas áreas urbanas esteja associada à expansão de áreas do setor de serviços — tal como a educação e saúde (Cardoso Jr., 2007) — que absorvem a força de trabalho feminina. Nas áreas rurais o crescimento do associativismo sindical feminino está associado, entre

outros fatores, à extensão às mulheres do campo o direito à aposentadoria consagrado na Constituição de 1988 e legislação complementar¹⁰.

Bibliografia

BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. Introduction. In: BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. *International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies*. Londres, Sage, 2004, p. 1-35.

BEAUMONT, P. B. *Change in Industrial Relations: the organization and environment*. Londres: Routledge, 1990.

BEN-ISRAEL, G.; FISHER, H. 1994. Trade unions in the future: organisational strategies in a changing environment. In *The future of industrial relations: global change and challenges*, ed. Niland, J. R., Lansbury, R. D., and Verevis, C., 135-151. London: Sage.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical? IN: TOLEDO, Enrique de la Garza. *Los sindicatos frente a los procesos de transición política*. Buenos Aires, CLACSO, 2001, p. 55-89. Acesso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/garza3/cardoso.pdf>.

CARDOSO JR., José Celso. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília, IPEA, 2007. (Texto para Discussão Nº 1310)

CATTANI, Antonio D. Sindicatos — sindicalismo. In: *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 287-292.

DUNLOP, J. T. *Industrial Relations Systems*. Boston, Harvard Business School, 1993.

FIORITO, Jack. Human Resources Management Practices and Worker Desires for Union Representation. *Journal of Labour Research*. Vol. 22, Nº 2 (Spring), pp. 335-54.

INDICADORES SOCIAIS 2001: sindicatos, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JOSE, A. J. 2002. Organized labour in the 21st century: some lessons for developing countries. IN: JOSE, A. J. (Ed.), *Organized labour in the 21st century*: 1-19. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

KAUFMAN, Bruce E. Employment relations and the employment relations system: a guide to theorizing. In: KAUFMAN, Bruce E. *Theoretical Perspectives on work and the employment relationship*. Urbana-Champaign, University of Illinois, 2004, p. 41-76.

KAUFMAN, Bruce E. *Theoretical Perspectives on work and the employment relationship*. Urbana-Champaign, University of Illinois, 2004, p. 229-264.

KELLY, John; FREGE, Carola. Variedades no mundo capitalista avançado. *Revista "Democracia e Mundo do Trabalho"*, Ano 1, Nº 1, janeiro/junho 2005, Porto Alegre, p. 50-56.

LAWRENCE, Sophia; ISHIKAWA, Junko. Trade union membership and collective bargaining coverage: statistical concepts, methods and findings. Genebra, OIT, 2005. Working Paper nº 59.

MACHIN, Stephen; WOOD, Stephen. Human Resources Management as a Substitute for Trade Unions in British Workplaces. *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 58, Nº 2 (January 2005), pp. 201-218.

¹⁰ Essa conclusão está baseada em informações gentilmente fornecidas por Anita Brumer, professora do Pós Graduação em Sociologia da UFRGS e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAGRS). Segundo essas fontes, os sindicatos rurais, além de mobilizar e "abrir as portas" para as mulheres, desempenham um papel no fornecimento de comprovação da condição de trabalhador rural para efeitos de requerimento de aposentadoria.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A retomada do emprego em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado do trabalho. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 20-24 setembro de 2006.

PESQUISA Anual por Amostra e Domicílios. BR; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=/pub/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual . Acesso em jan. 2007.

PICHLER, W. A. Evolução da estrutura e do associativismo sindical no Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2001. Revista Indicadores Econômicos FEE, v. 35, nº1, 2007, pp. 137-150.

RYAN, S., WAILES, N., BAMBER, G. J. Globalisation, employment and labour: comparative statistics. In: BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies. Londres, Sage, 2004, p. 357-397.

SALAMON, M. Industrial Relations: Theory and Practice. Londres, Prentice Hall, 1998.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. Economia e Sociedade, v. 8, jun 1997, pp. 247-261.